



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

QUARTA-FEIRA, 27 :: ABRIL :: 2016

7

Hospital São José suspende atendimento a usuários do Ipesaúde

Milton Alves Júnior

mitonalvesjunior@jornaldodia.com.br

Desde as 7h de ontem todos os atendimentos destinados a conveniados do Ipesaúde estão suspensos por tempo indeterminado no Hospital São José, em Aracaju. O atual cenário de preocupação já vinha sendo desenhado ao longo dos últimos dois meses quando a direção da unidade hospitalar contabilizou uma dívida milionária entre o Governo do Estado de Sergipe e o HSJ. Ao todo, segundo o hospital, essa dívida alcançou a casa dos R\$ 10 milhões, sendo R\$ 7 milhões do Ipes, e mais R\$ 3 milhões da Prefeitura de Aracaju por meio da Secretaria Municipal de Saúde. Na manhã de ontem uma audiência pública foi realizada na sede do Ministério Público Estadual.

Reunidos na Promotoria de Justiça de Direitos à Saúde, gestores da PMA e Ipes foram informados pelo promotor de justiça Antônio Forte, que, caso a dívida não seja quitada e o serviço permaneça suspenso, uma Ação Civil Pública (ACP) será ajuizada. Durante o diálogo a direção do Ipes disse que aguarda um repasse financeiro por parte do Governo do Estado. Assim que a verba for depositada em conta, o instituto se comprometeu a realizar a transferência imediata para o São José. Uma nova reunião entre o hospital e o Estado foi agendada para a próxima sexta-feira, 29.

A SMS informou que a gestão municipal entende e reconhece a dívida existente, mas alega que não chega a R\$ 3 milhões. Durante o debate ainda foi exposto que recentemente foram pagos ao Ipes mais de R\$ 786 mil pela PMA. Desde o ano de 2013 o Jornal do Dia tem exposto as dificuldades financeiras enfrentadas pela Secretaria Municipal de Saúde, em especial, nas dívidas perante o HSJ e o Hospital de Cirurgia. Ao promotor Antônio Forte os administradores voltaram a destacar que parte dos atuais problemas existe diante da falta de repasse financeiro por parte do Governo do Estado, e essa situação só deve sair da ver-

melho' quando as pendências forem reparadas.

Na avaliação da presidente do hospital, Vânia Branco, é preciso destacar que o Hospital São José necessita do pagamento dos dois órgãos. Sem esse cumprimento contratual a perspectiva é de novas suspensões nos serviços, inclusive no setor de emergência psiquiátrica. "Estamos reunidos para debater o pagamento da dívida porque se ainda estamos funcionando é porque fizemos um empréstimo de R\$ 5 milhões e estamos todos os meses pagando R\$ 135 mil. Não iremos pedir novo empréstimo e por isso já estamos oficializando a suspensão de alguns serviços destinados ao Sistema Único de Saúde", afirmou.

O setor de contabilidade do hospital declarou que mensalmente necessita de ao menos R\$ 800 mil para manter o serviço SUS, mas só tem arrecadado R\$ 600 mil. Caso a suspensão seja realmente promovida, mais de 300 pacientes devem sofrer com a sequência na interrupção do tratamento. O que chama a atenção do órgão estadual de fiscalização é a ampla porcentagem de serviços dedicados a usuários do SUS. Cerca de 70% dos prontuários de atendimentos realizados na unidade corresponde a pessoas que não possuem planos de saúde na rede particular.

"Sem dinheiro e com uma dívida tão alta para quitar, não

tem como permanecer com os atendimentos. O que deixa todos nós angustiados é que a demanda para esse perfil de paciente nunca reduz de forma significativa e precisamos que essas dívidas sejam quitadas, caso contrário a tendência é permanecer estreitando os serviços destinados ao Sistema Único de Saúde", disse Vânia Branco. Questionada sobre como o hospital tem quitado as prestações mensais do empréstimo bancário realizado, a gestora declarou apenas que se trata de uma transição instantânea, na qual o desconto financeiro ocorre direto da conta. A presidente não informou até quando o HSJ terá que pagar o empréstimo.

MPE - Acompanhando de perto os desdobramentos dessa batalha econômica, o promotor Antônio Forte disse esperar que as promessas de pagamento sejam cumpridas até a próxima terça-feira, 03, quando outra audiência pública está agendada para ocorrer no MPE. "É provável que o MPE judicialize a questão, pedindo o bloqueio dos numerários do Estado, do Município e do Ipes, para que paguem ao Hospital São José. O importante é que o hospital volte a atender o Ipes e continue atendendo ao SUS. Para o bem de todos, esperamos que o impasse seja resolvido e na terça-feira nós possamos avaliar a não necessidade de ajuizar a ação", declarou.